



Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder
Executivo
seção I

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 129 • Número 5 • São Paulo, terça-feira, 8 de janeiro de 2019

www.imprensaoficial.com.br

Leis

LEI Nº 16.923, DE 07 DE JANEIRO DE 2019

Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2019

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta lei orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2019, compreendendo, nos termos do artigo 174, § 4º, da Constituição Estadual:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

III - o Orçamento de Investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

SEÇÃO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Artigo 2º - A receita total orçada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 231.161.781.032,00 (duzentos e trinta e um bilhões, cento e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil e trinta e dois reais).

Parágrafo único - Estão incluídos no total referido no "caput" deste artigo os recursos próprios das autarquias, fundações e empresas dependentes, conforme discriminação em quadro específico que integra esta lei.

Artigo 3º - A receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observado o seguinte desdobramento:

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM.

Valores em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1 - RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	213.691.468.024
1.1 - RECEITAS CORRENTES	200.915.020.604
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	183.675.363.612
CONTRIBUIÇÕES	43.300.020
RECEITA PATRIMONIAL	5.121.569.792
RECEITA AGROPECUÁRIA	13.856.368
RECEITA INDUSTRIAL	5.318.118
RECEITA DE SERVIÇOS	757.979.922
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.429.124.594
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	868.508.178
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	12.776.447.420
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.831.907.470
ALIENAÇÃO DE BENS	6.172.000.360
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.638.930
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	743.496.161
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	27.404.499
2 - RECEITAS DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	47.139.331.972
2.1 - RECEITAS CORRENTES	44.576.294.010
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.563.037.962
3 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	-29.669.018.964
3.1 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	-28.837.310.871
3.2 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-831.708.093
RECEITA TOTAL	231.161.781.032

Parágrafo único - Durante o exercício financeiro de 2019 a receita poderá ser alterada de acordo com a necessidade de adequação à sua efetiva arrecadação.

Artigo 4º - A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, no mesmo valor da receita total, é de R\$ 231.161.781.032,00 (duzentos e trinta e um bilhões, cento e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil e trinta e dois reais), sendo:

I - no Orçamento Fiscal: R\$ 195.955.108.912,00 (cento e noventa e cinco bilhões, novecentos e cinquenta e cinco milhões, cento e oito mil e novecentos e doze reais);

II - no Orçamento da Seguridade Social: R\$ 35.206.672.120,00 (trinta e cinco bilhões, duzentos e seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil e cento e vinte reais).

Artigo 5º - A despesa total fixada, observada a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresenta a seguinte distribuição entre os órgãos orçamentários:

DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO

Valores em R\$ 1,00

ÓRGÃO	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
FISCAL	127.356.331.341	68.598.777.571	195.955.108.912
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1.310.022.704	6.316.891	1.316.339.595
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	949.765.703	7.476.935	957.242.638
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	9.047.616.469	2.787.909.850	11.835.526.319
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	71.047.421	738.160	71.785.581
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	29.622.650.512	2.821.744.187	32.444.394.699
SEC. DESENV. ECON. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	14.284.124.893	2.410.335.439	16.694.460.332
SECRETARIA DA CULTURA	773.019.771	43.108.826	816.128.597
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	604.420.052	180.272.083	784.692.135
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	1.703.879.537	5.269.171.776	6.973.051.313
SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	180.932.411	335.002.964	515.935.375
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	21.801.899.501	389.243.421	22.191.142.922
SECRETARIA DA FAZENDA	3.081.758.445	76.232.901	3.157.991.346
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO	25.728.484.106	45.958.757.590	71.687.241.696
SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	165.287.502	125	165.287.627
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	1.593.694.891	85.793.239	1.679.488.130
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	539.393.567	468.876.361	1.008.269.928
MINISTÉRIO PÚBLICO	2.337.503.351	163.469.123	2.500.972.474
CASA CIVIL	300.056.363	5.011.865	305.068.228
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1.584.302.691	499.625.459	2.083.928.150
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.327.374.084	5.353.261.419	8.680.635.503
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	4.061.393.640	419.576.933	4.480.970.573
SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	976.629.474	695.365.528	1.671.995.002
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.193.125.859	128.261.788	1.321.387.647
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	113.387.418	66.291.446	179.678.864
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	141.978.532	733.066.809	875.045.341
SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	47.338.681	115	47.338.796
SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO	40.873.134	102.474.228	143.347.362
SECRETARIA DE TURISMO	516.962.533	467.894	517.430.427
SECRETARIA DE GOVERNO	1.207.408.096	19.174.754	1.226.582.850
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000.000	0	50.000.000
SEGURIDADE SOCIAL	19.682.400.698	15.524.271.422	35.206.672.120
SECRETARIA DA SAÚDE	18.114.468.102	5.277.027.175	23.391.495.277
SEC. DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	1.510.738.192	269.835.856	1.780.574.048
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	2.479.499	242.350.850	244.830.349
SECRETARIA DA FAZENDA	39.493.403	35.824.376.257	35.863.869.660
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	404.444.138	1.063.584.740	1.468.028.878
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	778.275.748	118.562.712	896.838.460
(TRANSFERÊNCIA INTRAORÇAMENTAL)	-1.167.498.384	-27.699.716.706	-28.867.215.090
TOTAL	147.038.732.039	84.123.048.993	231.161.781.032

§ 1º - Integram o Orçamento Fiscal as dotações orçamentárias, à conta do Tesouro do Estado, destinadas a transferências às empresas a título de subscrição de ações.

§ 2º - Integram o Orçamento Fiscal ou o Orçamento da Seguridade Social, conforme o vínculo institucional de cada uma das entidades, as dotações orçamentárias à conta do Tesouro do Estado, das receitas próprias e das receitas vinculadas, destinadas às fundações, autarquias e empresas dependentes.

Artigo 6º - Os recursos orçamentários destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde desenvolvidos pelo Estado, alocados na unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNDES, da Secretaria da Saúde, na forma prevista na lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, serão executados:

I - pelas unidades da administração direta da Secretaria da Saúde, conforme programação demonstrada no Anexo I desta lei, devendo a unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNDES, na qualidade de unidade orçamentária gestora, providenciar a transferência das correspondentes dotações, obedecida a distribuição por fonte e por grupo de despesa;

II - pelas unidades orçamentárias da administração direta e indireta, não vinculadas institucionalmente à Secretaria da Saúde e que realizem ações de saúde, devendo a unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNDES providenciar as transferências das correspondentes dotações por meio da modalidade de aplicação intraorçamentária, obedecida a distribuição por fonte e por grupo de despesa.

SEÇÃO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Artigo 7º - As fontes de recursos para o financiamento das despesas do Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, somam R\$ 8.036.433.054,00 (oito bilhões, trinta e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil e cinquenta e quatro reais), conforme especificação a seguir:

ORIGENS DO FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Valores em R\$ 1,00

ORIGEM DO FINANCIAMENTO	VALOR
SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	3.484.367.270
PRÓPRIOS	2.622.403.005
OUTRAS FONTES	348.238.186
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.581.424.593
TOTAL	8.036.433.054

Sumário	
Esta edição, de 144 páginas, contém os atos normativos e de interesse geral.	
LEIS.....1	FAZENDA E PLANEJAMENTO.....22
LEI Nº 16.923, DE 07 DE JANEIRO DE 2019.....1	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....22
VETO TOTAL A PROJETO DE LEI.....3	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....23
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 283, DE 2016.....3	COORDENADORIA DE SERVIÇOS E TECNOLOGIA COMPARTILHADOS.....27
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 439, DE 2017.....3	SÃO PAULO PREVIDÊNCIA.....27
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 2018.....3	DIREITOS DA PESSOA.....27
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI 206, DE 2018.....3	COM DEFICIÊNCIA.....27
ATOS DO GOVERNADOR.....3	GABINETE DA SECRETÁRIA.....27
DECRETO(S).....3	EDUCAÇÃO.....27
CASA CIVIL.....3	GABINETE DO SECRETÁRIO.....27
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.....3	DIRETORIAS DE ENSINO.....28
GOVERNO.....4	COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....31
GABINETE DO SECRETÁRIO.....4	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.....32
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO.....4	SAÚDE.....35
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....4	COORDENADORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DE SAÚDE.....35
GABINETE DO SECRETÁRIO.....4	COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS.....35
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS.....4	COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....36
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.....5	COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....37
JUSTIÇA E CIDADANIA.....6	COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE.....37
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.....6	COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....37
FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE S.PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA.....7	SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS.....38
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL E DE CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO.....7	FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR CHOPIN TAVARES DE LIMA.....39
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....7	FUNDAÇÃO ONCOCENTRO DE SÃO PAULO.....39
FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE.....7	FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE - HEMOCENTRO DE SÃO PAULO.....39
DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....8	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP.....39
COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL.....8	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP.....40
SEGURANÇA PÚBLICA.....8	LOGÍSTICA E TRANSPORTES.....40
GABINETE DO SECRETÁRIO.....8	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM.....40
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO.....8	CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA.....40
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO.....11	UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....40
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.....12	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....40
GABINETE DO SECRETÁRIO.....12	DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.....40
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.....12	HABITAÇÃO.....40
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....12	
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL.....14	
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO.....15	
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO.....20	
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO.....21	
	GABINETE DO SECRETÁRIO.....40
	INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE.....40
	COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.....40
	COORDENADORIA DE PARQUES URBANOS.....45
	FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.....46
	FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO.....46
	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.....46
	PROCURADORIAS REGIONAIS.....46
	TRANSPORTES METROPOLITANOS.....46
	COORDENADORIA DE TRANSPORTE COLETIVO.....46
	SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS.....46
	DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA.....46
	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.....47
	REITORIA.....47
	UNIDADES UNIVERSITÁRIAS.....47
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.....48
	REITORIA.....48
	UNIDADES UNIVERSITÁRIAS.....48
	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA.....48
	UNIDADES UNIVERSITÁRIAS.....48
	FUNDAÇÃO EDITORA UNESP.....49
	MINISTÉRIO PÚBLICO.....49
	I - PORTARIAS.....49
	II - ATOS.....49
	III - AVISOS.....50
	IV - DESPACHOS.....51
	IX - ATOS ADMINISTRATIVOS DO PGJ.....51
	CORREGEDORIA GERAL.....51
	DIRETORIA GERAL.....51
	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO.....53
	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO.....53
	SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO.....54
	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO.....54
	COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....54
	NÚCLEO ESPECIALIZADO DOS DIREITOS DO IDOSO E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....57
	EDITAIS.....57
	GOVERNO.....57
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....57
	JUSTIÇA E CIDADANIA.....58
	SEGURANÇA PÚBLICA.....58
	ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.....60
	FAZENDA E PLANEJAMENTO.....60
	EDUCAÇÃO.....60
	SAÚDE.....61
	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....61
	INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE.....62
	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.....62
	TRANSPORTES METROPOLITANOS.....65
	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.....65
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.....66
	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA.....66
	NEGÓCIOS PÚBLICOS.....67
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....67
	JUSTIÇA E CIDADANIA.....69
	SEGURANÇA PÚBLICA.....69
	ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.....70
	FAZENDA E PLANEJAMENTO.....85
	EDUCAÇÃO.....85
	SAÚDE.....86
	LOGÍSTICA E TRANSPORTES.....92
	CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA.....92
	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....92
	INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE.....92
	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.....92
	SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS.....93
	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.....93
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.....94
	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA.....95
	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO.....96
	CONCURSOS.....96
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....96
	JUSTIÇA E CIDADANIA.....97
	SEGURANÇA PÚBLICA.....97
	SAÚDE.....98
	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....98
	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.....102
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.....104
	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA.....104
	BEC - BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS.....114
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....114
	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.....114
	DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS.....115
	MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS FEDERAIS.....142
	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA.....142
	RELAÇÃO DE COMPRAS.....142
	SEGURANÇA PÚBLICA.....142
	ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.....143
	SAÚDE.....144

Secretarias			
Casa Civil Secretário-Chefe da Casa Civil: Gilberto Kassab Av. Morumbi 4.500 - Morumbi CEP 05650-905 t 2193-8000	Administração Penitenciária Secretário: Nivaldo Cesar Restivo Av. General Ataliba Leonel 656 - Santana CEP 02088-900 t 2223-4700	Cultura e Economia Criativa Secretário: Sergio Henrique Sá Leitão Filho Rua Mauá 51 - Luz CEP 01028-900 t 3339-8000	Universidade de São Paulo Reitor: Vahan Agopayan Rua da Reitoria 374 - Cidade Universitária CEP 05508-220 t 3091-4244
Governo Secretário: Rodrigo Garcia Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi CEP 05650-905 t 2193-8000	Fazenda e Planejamento Secretário: Henrique de Campos Meirelles Av. Rangel Pestana 300 - Centro CEP 01091-900 t 3243-3400	Desenvolvimento Econômico Secretária: Patrícia Ellen da Silva Av. Escola Politécnica, 82 - Jaguaré CEP 05350-000 t 3718-6500	Universidade Estadual de Campinas Reitor: Marcelo Knobel Cidade Universitária - Campinas CEP 13083-970 t (19) 3521-2121
Desenvolvimento Regional Secretário: Marco Antonio Scarasati Vinholi Av. Rangel Pestana, 300 - 1º andar - Centro CEP: 01017-911 t 3320-4500	Agricultura e Abastecimento Secretário: Gustavo Diniz Junqueira Praça Ramos de Azevedo 254 - Centro CEP 01037-912 t 5067-0000	Esportes Secretário: Aílton Rodrigues Ferreira Praça Antonio Prado 9 - Centro CEP 01010-010 t 3107-4098	Universidade Estadual Paulista Reitor: Sandro Roberto Valentini Rua Quirino de Andrade 215 - Centro CEP 01049-010 t 5627-0233
Infraestrutura e Meio Ambiente Secretário: Marcos Rodrigues Penido Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - Alto de Pinheiros CEP 05459-010 t 3133-3000	Direitos da Pessoa com Deficiência Secretária: Celia Camargo Leão Edelmuth Av. Auro Soares de Moura Andrade 564 CEP 01156-001 t 5212-3700	Habitação Secretário: Flávio Augusto Ayres Amary Rua Boa Vista 170, 16º Bloco 2 - Ed. Cidade I CEP 01014-930 t 3638-5100	Ministério Público Procurador-Geral de Justiça: Gianpaolo Poggio Smanio Rua Riachuelo 115 - Centro CEP 01007-904 t 3119-9000
Justiça e Cidadania Secretário: Paulo Dimas Debellis Mascaretti Pátio do Colégio 148 - Centro CEP 01016-040 t 3291-2603	Educação Secretário: Rossieli Soares da Silva Praça da República 53 - Centro CEP 01045-903 t 3218-2000	Procuradoria Geral do Estado Procuradora-Geral do Estado: Maria Lia Pinto Porto Corona Rua Pamplona 227 - Bela Vista CEP 01405-902 t 3372-6401 / 6402 / 6404	Defensoria Pública do Estado Defensor Público-Geral do Estado: Davi Eduardo Depiné Filho Rua Boa Vista 200 - Centro CEP 01014-001 t 3106-1889
Desenvolvimento Social Secretária: Celia Kochen Parnes Rua Bela Cintra 1.032 - Cerqueira César CEP 01415-000 t 2763-8000	Saúde Secretário: José Henrique Germann Ferreira Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar 188 - Cerqueira César CEP 05403-000 t 3066-8000	Transportes Metropolitanos Secretário: Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga Rua Boa Vista 175 - Bloco B - Edifício Cidade II - Centro CEP 01014-001 t 3291-7800	Relações Internacionais Secretário: Julio Serson
Segurança Pública Secretário: João Camilo Pires de Campos Rua Libero Badaró 39 - Centro CEP 01009-000 t 3291-6500	Logística e Transportes Secretário: João Octaviano Machado Neto Rua Ialá 126 - Itaim-Bibi CEP 04542-906 t 3702-8000	Turismo Secretário: Vinicius Rene Lummerz Silva Av. Escola Politécnica, 82 - Rio Pequeno - São Paulo - SP. CEP 05.350-000 t 3709-1654	Comunicação Secretário: Cleber de Oliveira Mata
			Casa Militar e Defesa Civil Secretário: Walter Nyakas Junior

Artigo 8º - A despesa do Orçamento de Investimentos, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente do Orçamento Fiscal, é fixada em R\$ 8.036.433.054,00 (oito bilhões, trinta e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil e cinquenta e quatro reais), com a seguinte distribuição por Órgão Orçamentário:

DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS POR ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO

ÓRGÃO	VALOR
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	155.200.000
SECRETARIA DA FAZENDA	30
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	1.450.734.069
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	516.234.654
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	2.432.067.170
SECRET. DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	3.373.648.553
SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO	45.146.020
SECRETARIA DE GOVERNO	63.402.558
TOTAL	8.036.433.054

SEÇÃO IV DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 17% (dezessete por cento) da despesa total fixada no artigo 4º desta lei, observado o disposto no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;

III - abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

Parágrafo único - Não onerará o limite previsto no inciso I deste artigo os créditos destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 9% (nove por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

SEÇÃO V

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Artigo 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 5% (cinco por cento) da receita total estimada para o exercício de 2019, observadas as condições estabelecidas no artigo 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11 - A nomenclatura do cargo "Secretário Adjunto" fica alterada para "Secretário Executivo".

Artigo 12 - Com fundamento no artigo 20 da Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015, que institui o Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2016/2019, ficam alterados os atributos dos programas do PPA e da LDO, nos termos estabelecidos nesta lei.

Artigo 13 - Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Palácio dos Bandeirantes, 07 de janeiro de 2019.

JOÃO DORIA

Nivaldo Cesar Restivo

Secretário da Administração Penitenciária

Gustavo Diniz Junqueira

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Sergio Henrique Sá Leitão Filho

Secretário da Cultura e Economia Criativa

Patricia Ellen da Silva

Secretário de Desenvolvimento Econômico

Marco Antônio Scarasati Vinholi

Secretário de Desenvolvimento Regional

Celia Kochen Parnes

Secretário de Desenvolvimento Social

Célia Carmargo Leão Edelmuth

Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Rosseli Soares da Silva

Secretário da Educação

Aildo Rodrigues Ferreira

Secretário de Esportes

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Flávio Augusto Ayres Amary

Secretário da Habitação

Paulo Diniz Debelis Mascaretti

Secretário da Justiça e Cidadania

João Octaviano Machado Neto

Secretário de Logística e Transportes

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

José Henrique Germann Ferreira

Secretário da Saúde

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga

Secretário de Transportes Metropolitanos

Vinicius Rene Lummerzitz Silva

Secretário de Turismo

Maria Lia Pinto Porto Corona

Procuradora Geral do Estado

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Respondendo pelo expediente da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 07 de janeiro de 2019.

(Os anexos constantes desta Lei estão publicados no suplemento nesta data)

Veto Total a Projeto de Lei

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 283, DE 2016

São Paulo, 07 de janeiro de 2019

A nº 003/2019

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de Lei nº 283, de 2016, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 32.397.

De iniciativa parlamentar, a medida autoriza o Governo do Estado a criar a Carteira Eletrônica de Vacinação.

Nada obstante os elevados propósitos do Legislador, realçados na justificativa que acompanha a proposta, vejo-me compelido a negar sanção à medida, pelas razões que passo a expor.

As manifestações contritárias ao projeto, a Secretaria da Saúde observou que ele "rompe com o sistema legal e protetivo da criança e do adolescente, do menor e/ou incapaz, contido no Código de Ética Médica e no Estatuto da Criança e do Adolescente, já que propõe que Instituições, Associações a fins, credenciadas ou não no Sistema Único de Saúde, sejam notificadas do nascimento de uma criança com Síndrome de Down, independente do consentimento dos responsáveis legais, pais e/ou pessoas ou instituições designadas pela Justiça".

As notificações compulsórias de doenças, agravos, eventos de saúde pública, pelos serviços de saúde públicos e privados em todo território nacional, são feitos para autoridades públicas (de saúde e policial) e se restringem a casos muito específicos, prestos em leis federais, que justificam o direito à intimidade dos pacientes e seus familiares seja mitigado, com as necessárias cautelas, tendo em vista o interesse público subjacente, cabendo informar que são hipóteses de notificação compulsória, dentre outras: a suspeita ou confirmação de situação que pode constituir potencial ameaça à saúde pública; violência física ou sexual (inclusive contra idoso, criança ou adolescente), tentativa de suicídio, acidente de trabalho com exposição a material biológico e acidente do trabalho grave, fatal e em crianças e adolescentes.

Na forma estipulada na proposutura, a notificação compulsória e imediata seria feita, sem prévia autorização dos responsáveis (legais ou designados pelo Poder Judiciário) pelos recém-nascidos, às(s) entidade(s) privada(s), em clara violação ao direito à intimidade da criança com deficiência.

Por outro lado, em relação às instituições de saúde públicas, a medida se mostra inconstitucional, porque determina a elaboração de cadastro e adoção de providências concretas, peculiares à organização administrativa, interferindo, assim, em domínio exclusivo do Chefe do Poder Executivo (artigos 61, §1º, II, alínea "e" e 84, VI, alínea "a" da Constituição Federal, refletidos no artigo 24, §2º, item "2" e 47, incisos II, XIV e XIX, letra "a", da Constituição do Estado).

Considerando que a medida trata de aspectos que devem ser avaliados segundo critérios próprios de planejamento, deferido constitucionalmente ao Poder Executivo, no exercício precípuo da função de administrar, desrespeita, ainda, as limitações decorrentes do princípio da Separação dos Poderes (artigo 2º, da Constituição Federal, e artigo 5º, "caput", da Constituição Estadual).

O artigo 5º, que fixa prazo para que o Poder Executivo regulamentar a proposutura, também se revela inconstitucional, tendo em vista que o poder regulamentar constitui atributo de natureza administrativa, privativo do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 47, inciso III, da Constituição Estadual. Desta forma não pode o legislador determinar seu exercício, sob pena de violar o princípio da Separação dos Poderes.

Fundamentado nestes termos o veto total que oponho ao Projeto de Lei nº 439, de 2017 e fazendo-o publicar no Diário Oficial em obediência ao disposto no § 3º do artigo 28 da Constituição do Estado, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa Ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

João DORIA

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 07 de janeiro de 2019.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 2018

São Paulo, 07 de janeiro de 2019

A nº 004/2019

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de Lei complementar nº 13, de 2018, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 32.398.

De iniciativa parlamentar, a proposutura transforma o "extinto" cargo de "Carcerário" no cargo de "Agente Policial", estabelecendo a equivalência de remuneração e classes a que pertenciam para "enquadramento na nova nomenclatura", bem assim que para "adequação na nova função" os carcerários deverão, no prazo de até um ano, habilitar-se para a condução de veículos automotores de categoria "D", no mínimo, com permissão para o exercício de atividade remunerada.

Nada obstante os elevados propósitos do Legislador, realçados na justificativa que acompanha a proposta, vejo-me compelido a negar sanção à medida, acolhendo das razões suscitadas pelas Secretarias da Segurança Pública, de Planejamento e Gestão e da Fazenda.

As transformações de cargo de "Carcerário" no cargo de "Agente Policial", a proposutura incorre em inconstitucionalidade formal e material.

A inconstitucionalidade formal consiste na usurpação da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para as leis que dispõem sobre: criação e extinção de cargos na administração direta, e a fixação da respectiva remuneração; bem como sobre servidores públicos, do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria (artigo 24, § 2º, itens 1 e 4 da Constituição do Estado e artigo 61, § 1º, II, "a" e "c" da Constituição Federal).

Em consequência, a proposutura não guarda a necessária harmonia com as imposições decorrentes do princípio da separação de poderes (artigo 2º da Constituição Federal, e artigo 5º da Constituição do Estado).

Provindos do postulado básico que norteia a divisão funcional do Poder, tais preceitos acham-se refletidos no artigo 47, incisos II, XIV e XIX, da Constituição do Estado, que atribuem ao Governador, competência privativa para dispor sobre matéria de cunho administrativo e exercer a direção superior da administração estadual, praticar os demais atos de administração e dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração estadual e a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; bem como, com exclusividade, a prerrogativa de delegar o processo legislativo, quando necessária a edição da lei para concretizar a medida (artigo 24, § 2º, itens 1 a 6 da Constituição Estadual).

É, pois, no campo dessa competência privativa que se insere a proposutura, levando em conta aspectos de ordem técnica e operacional, a serem avaliados segundo critérios próprios de planejamento deferidos ao Poder Executivo, no exercício precípuo da função de administrar.

De outra parte, observa-se que, com fundamento no artigo 47, XIX, "a", da Constituição do Estado, foram extintos apenas os cargos vagos de "Carcerário" e os cargos provindos continuaram a existir até sua vacância (artigo 7º, I, do Decreto nº 59.957, de 13 de dezembro de 2013), portanto, ao caso em análise, não é aplicável a regra do artigo 41, § 3º da Constituição da República, a qual, de toda sorte, não altera as regras de iniciativa legislativa.

Além disso, não sendo aplicável a regra do artigo 41, § 3º da Constituição da República, não há que se falar em transformação de um cargo em outro, com diferentes atribuições e requisitos de formação profissional, tendo em vista o critério imperativo de acesso a cargos, empregos e funções públicas, por concurso público. Dessa forma, a proposutura também padece de inconstitucionalidade material, tendo em vista sua incompatibilidade com o disposto nos artigos 37, II, da Constituição Federal e 115, II, da Constituição do Estado.

Considerando o vício que macula a proposta legislativa na sua essência, os demais dispositivos, em virtude de seu caráter acessório, não podem subsistir.

Fundamentado nestes termos o veto total que oponho ao Projeto de Lei complementar nº 13, de 2018 e fazendo-o publicar no Diário Oficial em obediência ao disposto no § 3º do artigo 28 da Constituição do Estado, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa Ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

João DORIA

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 07 de janeiro de 2019.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI 206, DE 2018

São Paulo, 07 de janeiro de 2019

A nº 005/2019

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de Lei nº 206, de 2018, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 32.399.

De iniciativa parlamentar, a proposutura determina que os fabricantes, importadores, distribuidores e revendedores de bicicletas são responsáveis, solidariamente, por fornecer junto com o produto os itens de segurança obrigatórios previstos no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, bem como material educativo sobre os equipamentos acessórios necessários e aqueles de uso recomendável ao condutor de bicicletas, além de publicação com os artigos do CTB aplicáveis ao trânsito desses veículos (artigos 1º e 2º).

Não obstante os elevados desígnios do legislador, realçados na justificativa que acompanha a proposta, vejo-me compelido a negar assentimento à medida, pelas razões a seguir enunciadas.

Inicialmente, é preciso anotar que o objeto do projeto, consistente na segurança do transporte de passageiro por meio de bicicleta, ao impor obrigação a todas as empresas que atuam na cadeia de comercialização desse meio de transporte, insere-se no âmbito da competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte, conforme disposto no artigo 22, inciso XI, da Constituição Federal.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal vem reiteradamente declarando a inconstitucionalidade de leis estaduais que dispõem sobre o tema, de cujo pronunciamento são exemplos os julgamentos das ADIs nºs 874, 3.897, 3.679, 3.135.

Destaque-se que a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, ao instituir o Código de Trânsito Brasileiro, disciplina os equipamentos obrigatórios para o uso de bicicletas em vias públicas, como campainha, sinalização noturna dianteira, trasera, lateral e nos pedais, além de espelho retrovisor do lado esquerdo, sem prejuízo de outros a serem estabelecidos pelo CONTRAN – CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, não exigindo, contudo, que tais equipamentos sejam fornecidos ao consumidor no ato da aquisição do produto (artigo 105, inciso VII).

A mesma Lei Federal impõe às montadoras, encarregadoras, importadores e fabricantes, ao comerciarem veículos automotores, a obrigação de entregar, no ato da comercialização do respectivo veículo, manual contendo normas de circulação, infrações, penalidades, direção defensiva, primeiros socorros e Anexos do Código de Trânsito Brasileiro (artigo 338). Todavia, trata-se de norma voltada aos veículos automotores, não abrangendo a comercialização de bicicletas, uma vez que nem sempre são utilizadas como veículos de transporte em vias públicas.

Verifica-se, portanto, que o projeto de lei em exame, ao exigir que as bicicletas sejam comercializadas com os equipamentos necessários para sua utilização em vias públicas e vendidas com material educativo a respeito de sua utilização como veículo de transporte, a proposta interfere em área reservada à competência legiferante privativa da União, não se compatibilizando com a repartição constitucional de competências, incidindo em inconstitucionalidade.

Fundamentado nestes termos o veto total que oponho ao projeto de lei nº903, de 2017, e fazendo-o publicar no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 28, § 3º, da Constituição Estadual, restituo o assunto ao oportuno exame dessa Ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

João DORIA

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 07 de janeiro de 2019.

Atos do Governador

DECRETO(S)

DECRETOS DE 7-1-2019

Cessando, os efeitos do decreto publicado em 27-12-2018, que designou Marco Antonio Carvalho Leite Felix de Souza, RG 52.802.376-7, para responder pelo expediente da Presidência da Fundação Memorial da América Latina.

Designando, Jorge Damiano de Almeida, RG 8.744.912-2, Diretor de Atividades Culturais, para responder interinamente pelo expediente da Presidência da Fundação Memorial da América Latina.

Casa Civil

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho da Presidente, de 7-1-2019

Processo: 180/2018

Interessada: Diretoria Administrativa.

Assunto: Termo de Aditamento ao Contrato de prestação de serviço de instalação, manutenção preventiva e corretiva em equipamento de Ar Condicionado.

I – A vista dos elementos constantes do presente, em especial, as informações da área Administrativa e do parecer da Assessoria Jurídica, que acolho com observância às ressalvas apresentadas, com fundamento na Legislação estadual: Lei 14.836/12, Decreto no 58438/12, AUTORIZO a formalização do instrumento do Segundo Termo de Aditamento, com empresa Sinergia Paulista Construção e Montagem Ltda, inscrita no CNPJ 08.390.028/0001-94, para prorrogação da vigência do contrato 121/2017 pelo período de 12 (doze) meses, com acréscimo de 25% do valor inicial do contrato, que passa ao valor total de R\$ 247.500,99.

II – PROVIDÊNCIAS POSTERIORES.

Publicação do Termo de Aditamento;

A seguir à Diretoria Administrativa para providências: Convocação da empresa para assinatura do Termo de Aditamento;

Após lavratura encaminhar ao fiscal do contrato para acompanhamento. (Não publicado em época oportuna). (4-1-2019)